

Ana Isabel Xavier

Secretária de Estado da Defesa Nacional

***Keynote speech* da Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Isabel Xavier, por ocasião dos Mafra Dialogues**

Escola das Armas, Mafra, 2 de maio de 2024

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

Reverendíssimo Núncio Apostólico,

Senhor Brigadeiro-General, Comandante da Escola das Armas,

Senhor Presidente do Instituto para a Promoção da América Latina
e Caraíbas,

Senhores Embaixadores e Demais Membros do Corpo
Diplomático,

Caros Oradores e Moderadores do Mafra Dialogues,

Demais Entidades Civas e Militares,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com muito gosto que participo no encerramento deste primeiro dia da quarta edição dos Mafra Dialogues e testemunho o ilustre conjunto de oradores aqui reunidos ao longo destes dois dias para falarem sobre alguns dos temas mais prementes para a segurança e a paz internacionais.

Gostaria de começar por expressar o meu apreço pelo trabalho levado a cabo pelo Instituto para a Promoção da América Latina e das Caraíbas (IPDAL) na organização desta oportuna iniciativa e por proporcionar este momento de debate e reflexão que, desde 2021, se tornou já um marco de extraordinária relevância. Incentivar os diálogos estratégicos e a diplomacia da paz a alto-nível, em prol da paz e do multilateralismo, é um objetivo nobre que deve sempre merecer o nosso melhor apoio e que deve continuar a motivar também a autarquia de Mafra nesta parceria tão notável.

A construção da paz é também uma missão central do Ministério da Defesa Nacional, onde tenho o privilégio de servir Portugal e os portugueses e onde tenho a honra de acompanhar o contributo inestimável dos nossos militares para a resolução de conflitos através das nossas Forças Nacionais Destacadas.

O atual momento de elevada conflitualidade na Ucrânia e no Médio Oriente convoca-nos a refletir sobre o papel do multilateralismo e da diplomacia na construção da paz. Mas basta olharmos para o mundo em nosso redor para encontrarmos iguais causas de preocupação – do Sahel ao Indo-Pacífico, passando pela América Latina e do Sul, Caraíbas e África, entre várias outras geografias – que devem também suscitar a nossa atenção.

Basta recordarmos a ênfase que o Secretário-Geral das Nações Unidas tem colocado recorrentemente nos mecanismos de prevenção de conflitos, nos instrumentos ao nosso dispor para evitar a banalização e a proliferação da conflitualidade. Mas precisamos de ser mais vigilantes e mais ágeis em identificar as raízes de potenciais disputas que possam degenerar e escalar.

A política externa e de Defesa de Portugal assenta no multilateralismo e numa ordem internacional com base em regras, porque os enormes desafios globais que enfrentamos carecem de respostas conjuntas. Dos conflitos armados às alterações climáticas, das desigualdades sociais à segurança alimentar, o diálogo e o multilateralismo são ferramentas vitais que importa salvaguardar e reforçar.

Nos últimos anos, vários eventos têm vindo a contribuir para a deterioração desta ordem internacional multilateral centrada na ONU, com particular destaque para a invasão ilegal e injustificada da Ucrânia pela Federação Russa. Esta invasão espoletou uma guerra com consequências profundas sentidas a nível mundial, incluindo riscos consideráveis para a arquitetura de segurança internacional e para a própria sustentabilidade das Nações Unidas como corolário do sistema multilateral universal.

A incerteza e volatilidade a que assistimos hoje no mundo apela, assim, a uma reflexão séria sobre como a nossa segurança e as nossas liberdades podem e devem ser protegidas e sobre como o podemos e devemos fazer num contexto internacional multilateral.

Não nos podemos esquecer nunca de que foi graças à ordem internacional baseada em regras e ao multilateralismo que vivemos o período de paz mais duradouro, não só no Espaço Euro-Atlântico, mas em todo o mundo. E, tal como nos lembra o quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de abril de 1974 que celebramos este ano, não podemos tomar por garantida nem esta paz, nem as liberdades que a mesma permitiu e que associamos claramente ao projeto das democracias liberais.

Fóruns como a Organização das Nações Unidas constituem baluartes da paz, da democracia, dos direitos humanos e das liberdades que caracterizam as nossas sociedades. De igual modo, também as organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental nestes domínios.

Mais do que nunca, com a emergência de mundividências alternativas antidemocráticas, importa garantir que estas organizações têm as condições necessárias para prosseguir com o seu trabalho de construção da paz e proteção destas normas, em particular em Estados frágeis e zonas de conflito.

Minhas senhoras e meus senhores,

Portugal pauta-se por uma Defesa focada na cooperação e na construção de pontes, enfatizando os laços históricos com os nossos Parceiros, como é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas também temos uma vocação Atlântica, evidente na nossa participação na NATO e na nossa cooperação com os países das Américas e de África.

A missão da Defesa Nacional passa, naturalmente, por Forças Nacionais Destacadas e pela capacitação de Parceiros, mas também inclui uma resposta aos desafios gerados pelas tecnologias emergentes e disruptivas e a luta contra outras ameaças híbridas, como a desinformação.

Embora Portugal não esteja atualmente em guerra, não deixa de ser afetado pelas suas danosas consequências sistémicas. Por conseguinte, a segurança do nosso país ultrapassa, por um lado, as fronteiras físicas do nosso território, e, por outro, a dimensão militar e material.

Na Defesa Nacional, procuramos fazer a nossa parte pela coesão, segurança e estabilidade do continente europeu, do Espaço Euro-Atlântico e do mundo, afirmando Portugal enquanto Aliado e Parceiro de confiança. Da Roménia à República Centro Africana,

passando por Moçambique ou pelo Mediterrâneo, este trabalho assenta, em grande medida, num contributo sustentado para a nossa segurança coletiva, nomeadamente através da participação em missões de paz das Nações Unidas, da União Europeia, da NATO e também bilaterais.

Mas o nosso trabalho passa também por uma cooperação próxima com os nossos Parceiros na proteção de um modo de vida assente nos valores e princípios que nos guiam – um modo de vida que tem vindo a ser posto em causa por ataques aos pilares da comunidade internacional de que fazemos parte.

A desinformação constitui uma das principais ameaças a este modo de vida, o que justifica que esta questão se tenha vindo a tornar prioritária para Portugal nos últimos anos, em paralelo com as missões de paz e de capacitação em que participamos. E, em

simultâneo, Portugal tem desenvolvido um enorme trabalho – amplamente reconhecido – enquanto impulsionador de um diálogo franco e aberto e enquanto construtor de pontes com os nossos Parceiros, sobretudo no Sul Global.

Esta dinâmica reflete-se, largamente, na política de Cooperação no Domínio da Defesa que desenvolvemos em conjunto com os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste e que incide sobre áreas diversas como os projetos de cooperação técnico-militar, a participação conjunta das Forças Armadas em missões de paz e humanitárias, a segurança marítima ou a ciberdefesa.

A nossa Cooperação no Domínio da Defesa com estes Parceiros tem uma abrangência e uma capacidade de multiplicação que ultrapassam o contexto bilateral, como se pôde verificar no

estabelecimento de uma missão de formação e treino da União Europeia em Moçambique, cuja génese é, precisamente, um projeto de Cooperação no Domínio da Defesa entre Portugal e Moçambique.

Num âmbito mais alargado, Portugal tem vindo a contribuir cada vez mais para as missões e operações no exterior, de acordo com os seus interesses nacionais e responsabilidades partilhadas.

Este ano assinalamos o sexagésimo quinto (65º) aniversário da primeira participação de Portugal em operações de paz das Nações Unidas. Aliás, no início do século XXI, Portugal ocupava o décimo lugar entre os oitenta e dois países que contribuíam com tropas para missões de paz das Nações Unidas, demonstrando o nosso forte empenho no esforço coletivo desta organização.

A Defesa Nacional guia-se por uma abordagem a 360 graus, associada ao nosso forte empenho nacional em observar os nossos interesses e os compromissos que assumimos ao nível internacional. Aliás, a nossa presença e visibilidade internacionais e a maneira como os nossos contributos se estendem geograficamente ultrapassam os recursos de que dispomos, sendo possível afirmar que Portugal supera as expectativas enquanto coprodutor de segurança confiável e sem *caveats*.

Desde 1996, mais de cinquenta mil militares portugueses foram destacados em todo o mundo. E atualmente, temos mais de 1000 efetivos em missões internacionais das Nações Unidas, NATO, União Europeia e em outros compromissos bilaterais e multilaterais.

Mas, em última análise, independentemente do modo como organizamos a nossa política de Defesa, um dos seus aspetos mais centrais é o seu profundo enraizamento no multilateralismo. E é pela continuidade e reforço desse multilateralismo que devemos continuar a lutar.

Ghandi lembrar-nos-ia de que “Não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho”.

Espero e desejo que iniciativas como os Mafra Dialogues continuem a fazer parte do nosso caminho de reflexão e debate sobre que cooperação e paz queremos e que futuro estamos dispostos a construir.

Muito obrigada.